



PROCESSO Nº : 2018/20321/000085
UNIDADE GESTORA : 20320
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 37/2017
SGD Nº 2017/09049/000678

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016, alterado pelo Decreto nº 5.573, de 27 de janeiro de 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art.10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 117 e 118**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **93,65%**, que foi justificado através de Nota Explicativa, à **fl. 133**, por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução com percentual médio de **90,41%**.

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	2.012.197,00	2.622.044,83	130,31
Receitas de Capital	887.996,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita	0,00	-100,00	-
TOTAL	2.900.193,00	2.621.944,83	90,41



PB
R *200*



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
101	0,00	110,01	-
225	1.664.796,00	1.889.451,67	113,49
240	1.235.397,00	732.383,15	59,28
TOTAL	2.900.193,00	2.621.944,83	90,41

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **97,39%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	40.376.470,00	40.037.181,58	99,16
Despesa de Capital	2.013.864,00	1.245.598,12	61,85
TOTAL	42.390.334,00	41.282.779,70^e	97,39

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
101 - Tesouro-Manut.do Desenv. do Ensino - MDE	39.031.140,00	38.929.005,55	99,74
103 - Contra Partida	1,00	0,00	0,00
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	459.000,00	447.195,00	97,43
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	1.664.796,00	744.161,91	44,70
240 - Recursos Próprios	1.235.397,00	1.162.417,24	94,09
TOTAL	42.390.334,00	41.282.779,70	97,39

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. 117, refletem um aumento de **69,60%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 2.621.944,83**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 39.601.851,86**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 2.609.062,68** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 786.370,90**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 41.282.779,90**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 1.627,00**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 2.504.750,44**, restando saldo de **R\$ 1.830.073,13** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 121 e 122.



3.6 O Balanço Patrimonial, à **fl. 126**, demonstra uma situação **negativa** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é **maior** que o Ativo Circulante em **391,26%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível com o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), representado pelo parcelamento junto ao INSS, revela que o valor dos compromissos de longo prazo é insignificante ou de baixo valor.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 1.923.367,57**, deste montante, **R\$ 1.105.230,54** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 818.137,03** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro à **fl. 121**, não havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las, conforme demonstrado no item 3.5 deste relatório.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às **fls. 119,134 e 135**, do qual foi liquidado **R\$ 1.335.865,21**, pago **R\$ 1.335.865,21** e cancelado **R\$ 147.480,34**, restando ainda um saldo de **R\$ 492.914,64**, justificado às **fls. 119,134 e 135**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às **fls. 120,134 e 135**, foi pago **R\$ 78.697,49** e cancelado **R\$ 7.213,29**, restando um saldo de **R\$ 445.714,59**, justificado à **fl. 120,134 e 135**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **déficit** financeiro de **R\$ 624.200,39**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 2.243.461,73**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 2.867.662,12**, conforme **fl. 127**, justificado à **fl. 136**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, à **fl. 126**, no valor total de **R\$ 6.378.017,95**, já deduzida a depreciação, havendo divergência com o SISPAT, **fls. 142 a 274**, estando devidamente justificado às **fls. 135, 445 e 446**.

3.7.1 A conta contábil 123111200 – Bens Móveis Próprios em Processo de Localização não possui saldo, com a devida justificativa nas **fls. 445 e 446**.

3.7.2 A conta contábil 791140000 – Bens Móveis Terceiros em Processo de Localização não possui saldo, com a devida justificativa nas **fls. 445 e 446**.

3.8 A conta contábil “Estoques”, **fl. 126**, apresenta saldo no valor de **R\$ 126.284,31**, que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às **fls. 460 a 478**, tendo sido devidamente justificada às **fls. 445 e 446**.





3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à **fl. 126**, registra saldo no valor total de **R\$ 1.830.073,13**, conferindo com o Balanço Financeiro. Porém, este valor diverge com o saldo dos extratos das contas bancárias em **R\$ 297.615,21**, sendo constatado que nos tais demonstrativos foram considerados, como Equivalente de Caixa, o valor da conta contábil do subgrupo **113819905** Pessoal e Encargos Sociais, no valor de **R\$ 364.635,74**. Foi constatado também um saldo a maior nos extratos das Contas Bancárias Específicas, no valor de **R\$ 67.020,53**, referente a reembolso efetuado pelo Tesouro Estadual de bloqueios e transferências judiciais que não foram lançados no SIAFEM, conforme Nota Explicativa, **fls. 137 a 139**, gerando assim a divergência acima informada.

3.9.1 Observa-se o fechamento do saldo no valor total de **R\$ 1.532.457,92** com os devidos extratos e conciliação bancária. **fls. 479 a 780**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 763.987,63:**

1 - **R\$ 51.721,93** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 712.265,70** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 768.470,29.**

3.10 As contas do Passivo Circulante, **fl. 126**, totalizam um saldo de **R\$ 12.245.697,04**, vide item 3.6.1, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo, Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O saldo em 31/12/2016 do Anexo 16, **fl. 128**, registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 748.551,25**, referente a parcelamentos de débitos com o Regime Geral Previdência Social e Ministério do Trabalho. Houve no exercício, amortização no montante de **R\$ 206.580,72**, sem atualização monetária, permanecendo saldo que passa para o ano seguinte no valor de **R\$ 545.344,62**.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 42.453.494,36** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 49.469.016,77**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 7.015.522,41**, conforme demonstrado às **fls. 124 e 125**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 1.830.073,13**, à **fl. 130**, justificado às **fls. 137 e 138**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.



4

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **12** (doze) processos de adesão em ata de registro de preços, **1** (um) dispensa de licitação e **1** (um) de inexibilidade de licitação, destinados à aquisição de material permanente, consumo e serviço, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017**, **8** (oito) atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item 6 deste Relatório.

4.4 Com a aplicação da técnica de inspeção nos sistemas administrativos verificou-se necessidade de melhoria nos procedimentos para que se torne mais eficiente.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado realizou Auditoria de Regularidade na **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS**, no exercício em análise, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado às **fls. 883 a 889**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão, **fls. 23 a 89**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015 (PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às **fls. 35 a 37**, definido no Programa Temático: **Programa 1157 - Educação Tecnológica, Profissional e Superior** e com suporte nas ações do **Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.1.2 Para o objetivo da Entidade foi estabelecida **09** (nove) metas físicas regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica bom desempenho, em relação ao que se pretende alcançar para o exercício, conforme análise/justificativa no demonstrativo, às **fls. 41 a 57**.



6.1.3 A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA foi realizada por meio da aferição de **03** (três) indicadores, que evidenciam um nível satisfatório para a Entidade, conforme análise/justificativa no demonstrativo, às **fls. 38 a 40**.

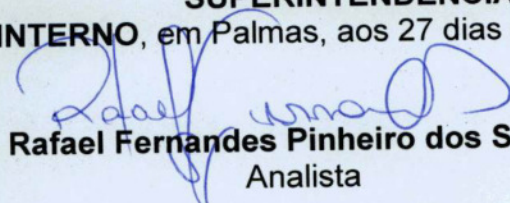
6.1.4 Para o alcance dos objetivos da entidade foram elaboradas **13** (treze) ações orçamentárias, sendo **10** (dez) de natureza atividade e **03** (três) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um **baixo** grau de eficiência, com a não realização física de **10** (dez) e financeira de **09** (nove) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 58 a 77**.

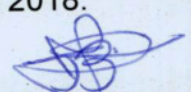
6.1.5 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de **04** (quatro) ações orçamentárias, todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **99,59%** de execução por meio do Programa Manutenção e Gestão do Poder Executivo, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às **fls. 78 a 86**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às **fls. 871 a 880**, um quantitativo de **632** servidores ativos, sendo que **162** servidores efetivos, **158** servidores comissionados, **60** servidores efetivo-comissionados, **12** servidores efetivos/com função comissionada, **240** servidores por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Suely Cabral Quixabeira Araújo, Simone Pereira Brito** e outros relacionados neste processo, **fl. 08, COM RESSALVAS** aos itens **3.6.1, 3.6.3, 3.6.4, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10, 3.12 e 6.1.4**, deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018.


Rafael Fernandes Pinheiro dos Santos
Analista

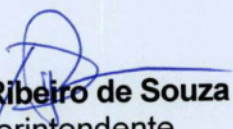

João Batista Portes Junior
Analista/Contador


Edineia Carneiro da Silva
Analista do PPA/Assessora Especial


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização



- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em 27/02/2018.


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

